



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

### DISPUTA DE MEMÓRIA DE MULHERES DE MILITANTES POLÍTICOS NO CONTEXTO DE PÓS-1964, NO CEARÁ

*José Gerardo Vasconcelos;*

*Camila Saraiva de Matos; Francisca Karla Botão Aranha; Tânia Gorayeb Sucupira*  
*Universidade Federal do Ceará [gerardo.vasconcelos@bol.om.br](mailto:gerardo.vasconcelos@bol.om.br)*  
*Universidade Federal do Ceará, [camilasaraiva28@hotmail.com](mailto:camilasaraiva28@hotmail.com); Universidade Federal do Ceará,*  
*[Karla.botao@hotmail.com](mailto:Karla.botao@hotmail.com); Universidade Federal do Ceará, [thianasucupira@yahoo.com.br](mailto:thianasucupira@yahoo.com.br)*  
*Universidade Federal do Ceará*

#### **Resumo**

Tem esse estudo o objetivo de analisar a disputa da memória propagada pelas mulheres de militantes de presos políticos, no contexto autoritário (1964-1979), no Ceará. Esse processo mnemônico é seletivo e entra em disputa, fazendo com que as referidas ativistas políticas encontrem na *memória recordação* uma estratégia que imponha a fala, a lembrança e o silêncio em consonância com os seus ideais utópicos e revolucionários. Os *acontecimentos* que possam comprometer suas posturas heroicas inclinam-se a ser recalçados, ao passo que os eventos capazes de reforçar uma memória proporcionadora de legitimidade de ações inerentes ao campo político da esquerda tendem a ser exaltados na disputa que se estabelece com os militares. Essa memória, contudo, é marcada pelo discurso de gênero que passa a nortear tais disputas políticas. Tudo isso assume determinadas particularidades no interior das lembranças femininas. Utilizou-se a memória como possibilidade metodológica no campo da história oral, referenciando-se nos estudos de Nietzsche e Pollak.

**Palavras-Chave:** Disputa de Memória, Mulheres de Militantes Políticos, Prisões, Contexto Autoritário.

#### **Introdução**

Sábado, dia de visita aos presos políticos do *Instituto Penal Paulo Sarasate*, no Ceará. Era um momento de festa, de espera e de muita ansiedade para os presos, que aguardavam a chegada de suas ilustres, diletas e corajosas companheiras do *Movimento Feminino pela Anistia MEPA*. Essas visitas, segundo Angélica Monteiro, 59, integrante do movimento na época, funcionavam mais ou menos assim:

(...) a gente levava comida e, então, fazia-se aquele almoço grande, tínhamos espaço para conversar individualmente ou em grupo. Discutiam-se algumas coisas, discutia-se o que se fazia aqui fora. Aí, tinha a questão dos advogados e algumas coisas que precisavam ser encaminhadas.

As visitas, em determinado momento, eram também muito aguardadas pelas integrantes do MFPA, que transformaram esse ato de solidariedade na necessidade de



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

ampliação do próprio movimento. Os encontros eram lembrados também por *Valdemar Rodrigues de Meneses*, estudante de teologia, preso em 1972:

Nós vemos a importância muito grande que têm as visitas para nós. Nós sabemos das dificuldades imensas que estas pessoas enfrentam e temos um carinho muito especial por elas. Porque, na realidade, nós passamos a semana toda em função desse dia de visita, que é uma oportunidade que temos de manter os laços de comunicação com o mundo exterior. É a oportunidade que nós temos, inclusive, de nos humanizarmos mais, porque a prisão cria um mundo todo à parte e por mais que a gente tente manter laços com o cotidiano, e aí fora, é muito difícil ter uma medida exata dos problemas que são enfrentados no dia-a-dia (...) É como se os presos vivessem apenas um dia na semana, porque o resto é pela metade, como que estivesse faltando na pessoa um dos sentidos, talvez o maior deles, o da liberdade (Jornal Mutirão Nº 10, 1978, 08).

As visitas, realizadas pelo *Movimento Feminino pela Anistia* e pelas famílias dos presos, traziam novamente a condição de humanidade, nem que fosse uma vez por semana. Era o contato com o mundo que era restabelecido e a vontade de viver e de lutar novamente colocada como possibilidade. A liberdade era reconhecida no outro e a pessoa vista no sentido maior, os laços eram avivados, os sentimentos aflorados.

Foi numa dessas visitas de 1974 que *William Montenegro*, preso em 1970, condenado à prisão perpétua, conheceu a sua companheira Nívea. Esse encontro renovou o contato com o mundo, principalmente porque Nívea encontrava-se grávida, conforme depoimento de Montenegro.

Um dos aspectos que mais profundamente me tocou nesses quase nove anos de cárcere é o que estou vivendo atualmente, diante da perspectiva de muito em breve ver brotar um novo ser no ventre da minha companheira. Nesses ásperos tempos, com grandes dificuldades que nos são impostas a cada instante não conseguiram extirpar nossos sentimentos de amor, fraternidade, solidariedade e, “apesar de você”, continuamos vivendo (JORNAL MUTIRÃO; Nº 10, p. 08).

*Maria Josenilde Costa Cunha*, a mulher de *Fabiani Cunha*, 56, não esconde sua revolta em relação aos órgãos de repressão. Primeiro o choque da recém-casada ao ver o nome do marido estampado nos jornais como terrorista, depois a casa invadida e revirada. Somem-se a isso as conhecidas ameaças e as tentativas de intimidação feitas pela polícia que passou a segui-la. Essa memória é uma *memória ressentida* que guarda no sofrimento as tristes recordações e os choques vividos no âmbito da esfera íntima:



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

Na primeira vez que eu fui visitá-lo o Fabiani não estava em condições de ser visto. Foi então que eu recebi o bilhete dele denunciando a tortura. Nesta época a gente era sozinha e só tinha o advogado para recorrer (...) Eu já trabalhei até três expedientes para sobreviver com meus dois filhos. Sobretudo no aspecto emocional, a situação tem influência nos meninos. A gente precisa ter cuidado. Com 3 anos o Fábio perguntou por que o pai estava preso e por que não ia para casa” (Jornal Mutirão, Nº 10, 1979, 09).

Esse significado emblemático da prisão revela na ausência e na vigilância uma marca profunda no grupo familiar. O preso não sofre sozinho, a própria pena é cumprida coletivamente se somarmos o tempo “doado” nas visitas e nas buscas incessantes dos familiares. A “mulher do preso” é também marcada simbolicamente através das classificações operadas socialmente. A memória ressentida é representada para um grupo de mulheres no grito contido e retraído onde a suposta “fragilidade” do feminino é transportada para grandiosos atos de coragem e de solidariedade para com os “companheiros” encarcerados. Para outras mulheres que viveram essa situação, o silêncio é a melhor forma de esquecer o tempo de marcas, de angústias, de desamor. Duas décadas depois resolvem simplesmente esquecer, como, por exemplo, algumas informantes-chave que não gostariam de ser entrevistadas, pois não querem mais rememorar sofrimentos.

O estigma do filho do preso é outra deterioração da identidade, que só poderia ser suprida, se é que isso é possível, com o *fim da culpabilidade*. É então que nos momentos políticos de forte repressão a história brasileira acena com a sua longa tradição de *Anistias*, como informa VASCONCELOS (1993). Geralmente, surgiram no cenário nacional, com o intuito de pacificação e tendo à sua frente o movimento de mulheres. Isso acontece em 1920, quando a Federação Brasileira para o Progresso Feminino era liderada por Berta Lutz, que coletava assinaturas para que os revolucionários tenentistas fossem anistiados. O mesmo ocorre no período de 1932 a 1934, quando a anistia aos constitucionalistas paulistas tinha como grande expressão Alice Tibiriçá. Em 1945, a Campanha Feminina pela Pacificação da Família Brasileira tinha a anistia como o grande objetivo a ser alcançado. No período pós 64, sem dúvida alguma, a participação feminina foi extremamente relevante. E as organizações femininas vão surgindo ao longo do período autoritário, quando muitas lideranças femininas se conheceram nas portas dos presídios ou delegacias da polícia política. Contudo,

Foi em 1975 (Ano Internacional da Mulher) que essa participação se consolidou, com o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia e do jornal ‘Brasil Mulher’. E, desde 1976, o Dia Internacional da Mulher tem sido marcado por manifestações em favor da emancipação feminina e de uma anistia geral (Jornal da Anistia, 1978, 13).



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

No Ceará, um dos primeiros estados no Brasil a organizar o movimento, a anistia, dirigida pelas mulheres, teve certo pioneirismo. No início, relata Monteiro, o movimento era muito tímido, quase não se falava nos presos, não se sabia, por exemplo, qual era o nível de relacionamento entre as integrantes do movimento e os presos políticos.

Quando eu comecei a participar do movimento, eu estranhei algumas coisas. Uma das coisas era que o pessoal não falava nos presos. Eu sabia que uma pessoa era mãe, outra namorada, mas o pessoal não falava. Eu achava estranho (...). Eu, doída para saber quem era quem, irmã de quem, mulher de quem e ninguém falava. Não falavam, também, nas visitas aos presos.

O movimento, que tinha até então uma atuação nas lutas populares urbanas e rurais, passa a se envolver mais com os *presos políticos* e as visitas ficaram mais constantes, ao ponto de se tornarem quase um programa obrigatório de fim de semana. Segundo *Auto Filho*,

O movimento da anistia no Ceará foi um movimento de extraordinária solidariedade aos presos (...). Era um movimento extraordinário no sentido de assegurar a integridade física e moral dos presos. Sem os movimentos de anistias, nós teríamos tido muito mais violência e até muito mais mortes do que tivemos. Acho que o movimento da anistia tem esse crédito fundamental (...). Tivemos alguns companheiros que se dedicaram, mas esse foi um movimento essencialmente das mulheres, eu acho que ninguém melhor que as mulheres com a sua sensibilidade para compreender e saber tocar esse movimento.

As visitas poderiam ser feitas aos sábados e domingos, mas Angélica Monteiro, 46, só aparecia aos sábados, isso pelo fato de existirem duas alas no presídio. Isso vai acontecer por causa da *greve de fome*<sup>1</sup> que os presos fizeram reivindicando melhores condições e, principalmente, segundo *Fabiani Cunha*, por causa de *José Duarte*, um companheiro que estava precisando de medicamentos.

Ele sofria do coração e precisava de remédios, além disso, uma ala não poderia se comunicar com a outra (...). Aí nós aderimos à greve do Duarte. A situação estava humilhante (...). Passamos onze dias só com água (...). Foi o período pior da nossa vida (...). Quem era gordo ficou magro, quem era magro ficou esquelético.

---

<sup>1</sup>Era um instrumento muito utilizado pelos presos políticos no Ceará e no Brasil. Várias greves de fome foram realizadas pelos presos, em diversos momentos do período repressivo. Em julho, mês que antecedeu a Lei da Anistia, tivemos uma das últimas greves de fome da década de 70. A *greve de fome dos presos* espalhou-se pelo Brasil. Algumas, imediatamente após a do Rio de Janeiro, como os presos de Itamaracá em Pernambuco. No dia 26.07.79, os 14 presos do Rio de Janeiro recebiam os seus primeiros visitantes. Pessoas famosas como Antônio Houaiss, Antônio Calado, Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer, Ziraldo, Mário Lago e vários presidentes de sindicatos. A greve a que se refere Angélica Monteiro foi uma greve específica do IPPS, por melhores condições, mais liberdade e em solidariedade ao Duarte, que estava doente e precisando de cuidados médicos.



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

Essa greve refletiu a divisão interna do presídio, pois somente uma parte aderiu, segundo Angélica Monteiro, não teve a participação de um determinado grupo que integrava, posteriormente, a chamada *ala de domingo*.

Os presos políticos eram divididos. Uns de uma ala e outros de outra ala. Tanto é que as visitas eram divididas: sábado e domingo. E o problema foi a questão da greve, porque essa outra ala não participou. A ala de domingo era mais acomodada. Na de sábado, quem realmente estava envolvido, quem dava a direção era o Genoíno e o Duarte. Eu me lembro que eu estava grávida. Existia uma unidade muito grande nos presos de sábado. Tinha a questão da documentação, os jornais que a gente levava, como o jornal O Movimento. Eles formaram uma biblioteca e conseguiram se organizar muito bem. Era o pessoal do sábado. Eu nunca fui ao domingo.

Essa divisão no interior dos cárceres, evidentemente, refletia a própria divergência em torno dos vários grupos de esquerda em relação às táticas mais adequadas para combater o autoritarismo. A unificação dos presos dava-se, geralmente, nas questões mais gerais, ligadas à solidariedade, à luta pela liberdade, e construía laços que, na maioria das vezes, tinham como pano de fundo a dimensão da pessoa humana.

Politicamente, tudo poderia acontecer, mesmo que tivessem um inimigo único que era o governo militar; e o massacre a que foram submetidos pelas torturas, os coletivos que funcionavam no interior dos cárceres, poderiam levar a grandes conflitos. Se aqui no Ceará, no *Instituto Paulo Sarasate*, a divisão se refletia nas lutas internas ou nos dias de visita, em outros presídios maiores, até pelo grande número de organizações políticas, a situação era um pouco mais complexa, o que colocava em xeque o próprio coletivo.

### Referencial teórico

A memória pode incorporar determinações que, supostamente, seriam irrelevantes aos novos atores do presente. O que devo lembrar? O que posso lembrar? O que quero lembrar? Segundo NIETZSCHE (1983),

O passado, o mais longo, profundo, mais duro dos passados, nos bafeja com seu sopro e ressurgem em nós, quando ficamos ‘sérios’. Nunca nada se passou sem sangue, martírios, sacrifícios, quando o homem achou necessário se fazer uma memória; os mais arrepiantes sacrifícios e penhores (entre os quais o sacrifício do primogênito), as mais repugnantes mutilações (por exemplo as castrações), as mais cruéis formas de todos os cultos religiosos (e todas as religiões são, em seu fundamento último, sistemas de crueldade) - tudo isso tem sua origem naquele instinto que advinha na dor o mais poderoso meio auxiliar da mnemônica (NIETZSCHE, 1983, p. 304 e 305).



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

Embora NIETZSCHE (1983) aponte a dor e o sofrimento como dos mais poderosos meios de recuperação da memória, isso não quer dizer que a memória só possa ser revivida pela dor e pelo sofrimento. Todavia, o que poderia lembrar os indivíduos que viveram e foram perseguidos em momentos autoritários da história? A história não é um amontoado de fatos que podem ser resgatados a partir de um puro encadeamento racional e lógico.

A história pode ser toda recortada por lembranças difusas, plurais e heterogêneas. Pode ser ainda, como afirma BENJAMIN (1994), carregando o tempo e revestindo-o de *agoras*. Os *acontecimentos* passam a fluir em troca de imagens ou em atos que denotam ângulos de olhares dispersos e inquietantes por sujeitos reais. Dona Maria de Lourdes Albuquerque, 74, vários filhos presos, acompanha o movimento pela anistia e lembra a opção da militância de seus filhos.

Eles iniciaram a militância no meio estudantil. No meio estudantil, naturalmente, eles devem ter sentido a falta de tudo e se revoltaram, uns mais, outros menos. O Mário foi presidente e vice-presidente do Centro Estudantil. Se ele foi ligado a algum partido eu não sabia. Eu não tinha a compreensão (...). Que eu sabia eu sabia, eu via, lia, saía na televisão, mas eu nunca participei, nem eles. Nunca disseram qual era o partido, mas eu apoiava, nunca deixei de apoiar. Apoiava-os e aos outros. Na minha casa passaram vários estudantes. Quando estavam amedrontados, iam lá para casa e eu aceitava. Foi o Genoíno, o irmão do Genoíno, que vinham do interior e estavam muito apereados, muito pobres. Mandeí buscar para a minha casa. O que eu podia sustentar eu sustentava (...)

Os acontecimentos são atos de interpretação. Relatar a opção dos filhos significa recontar a história da família e, ao mesmo tempo, proteger os seus símbolos, seu nome e suas tradições. As lembranças na sua seletividade podem armazenar determinados acontecimentos, definindo os que podem e os que não podem ser ditos. Mas, diante do amontoado de acontecimentos vividos, do que os indivíduos realmente se lembram? Não necessariamente das datas e dos grandes eventos, ou, na maior parte, tomam como pontos de referência relações vividas sensorialmente.

Em NIETZSCHE (1984) o sofrimento e o martírio são apresentados como os mais poderosos elementos de recuperação da memória, em EPICURO (1983), que já convivía com a dor, o suplício e o sofrimento físico e político, a memória era a possibilidade de recuperação da liberdade e da autonomia, podendo gerar assim uma vida feliz, mesmo na adversidade.

Epicuro queria libertar o homem de dois grandes temores: o medo dos deuses e o temor da morte. Admitia, porém, que isso não seria suficiente para conduzir o homem à verdadeira felicidade. O processo teria que ser reforçado no momento em que o homem se libertasse da



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

ânsia dos prazeres corpóreos (prazeres do movimento) e afirmasse uma forma de prazer superior que evitaria a dor e o sofrimento. Esses seriam os prazeres do repouso (ataraxia). Epicuro deixou à posteridade nos fragmentos:

...o limite da magnitude dos prazeres é o afastamento de toda a dor. E onde há prazer, enquanto existe, não há dor de corpo ou de espírito, ou ambos (EPICURO, 1985, p. 14).

O prazer de conviver com as pequenas coisas manifesta uma forma mais elaborada de prazer, em que as circunstâncias dolorosas do presente podem ser impedidas. Sábio é aquele que escapa da dor presente por meio da lembrança dos prazeres passados ou da capacidade de apontar para o futuro melhor.

...recordemos que o futuro não é nosso nem de todo não nosso, para não termos de esperá-lo como se estivesse para chegar, nem nos desesperemos como se em absoluto não estivesse para vir (EPICURO, 1985, p. 19).

O futuro é sempre uma expectativa e talvez isso acalentasse a vida dos militantes de esquerda no Brasil pós 64 e pudesse nutrir seus ideais revolucionários. O projeto coletivo recheava a vida com significados perpétuos e grandiosos, como, por exemplo, a possibilidade, embora remota, da revolução social. Para os militantes de esquerda, o ato de acreditar no futuro melhor para a humanidade desvelava uma *esperança* que serviria para justificar todo o sofrimento vivido e a própria existência no interior dos cárceres.

Acreditar nos sonhos não era somente uma possibilidade, era uma necessidade sem a qual a vida perderia o sentido, e o sujeito moral seria estraçalhado na sua dignidade. É preciso ainda acreditar no acontecido como possibilidade ou, pelo menos, que tudo poderia ser diferente. A memória é, nesse caso, a recuperação reinterpretada do tempo que não foi totalmente perdido, do tempo recheado de esperanças vividas ou de felicidades rememoradas.

...cura as desgraças com a agradecida memória do bem perdido e com a convicção de que é impossível fazer que não exista aquilo que já aconteceu (EPICURO, 1985, p.19).

A memória em EPICURO (1985) não é simplesmente um reforço do martírio. Ao contrário, o tempo presente já apresentava na ética e na política uma dimensão desprazerosa que poderia ser burlada pela memória. É nesse caso que a *mnemônica* pode incorporar outro sentido não-historicista, não-teleológico, não-determinado e não-fatalista.

### **Percurso metodológico**



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

A memória é mais uma forma de rebelião ao historicismo e ao positivismo. BENJAMIN( 1994), nas teses sobre o conceito de história, apresenta como grande tarefa do materialismo histórico a possibilidade de explodir o *continuum* da história, que seria próprio da classe revolucionária no momento de ação ( Tese Nº 15) - “*os calendários não marcam o tempo do mesmo modo que os relógios*” (BENJAMIN, 1994, p. 230).

A história é feita de cortes, rupturas, detenções, revoltas e revoluções, mas também de amores, paixões, esperanças e possibilidades. Em muitos casos a memória passa a ser o consolo de perdas irreparáveis, como se quisesse repor a alegria do convívio.

É neste caso que os cortes podem caracterizar um passado imobilizado ou um presente esperado, como se o tempo parasse para registrar um determinado acontecimento que, na realidade, foi visto por um conjunto de atores, integrantes de certa realidade social que, em momentos históricos também específicos, apresentavam-se como universais.

Vejamos, por exemplo, a pesquisa de POLLAK (1982) sobre os sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz Birkenau, onde algumas informantes, quando puderam falar chegaram a dizer:

O senhor deve compreender que nós nos consideramos um pouco como as ‘guardiãs da verdade’. Esse trabalho de controle da Imagem da associação implica uma oposição forte entre o ‘subjetivo’ e o ‘objetivo’, entre a reconstrução de fatos e as reações e sentimentos pessoais (POLLAK, 1989, p. 10).

O passado, portanto, já não é em si, mas é sempre reconstruído. Não pertence à história dos historiadores, mas é disputado na diversidade de interpretações e de atos mnemônicos. O retorno ao passado

Não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência no momento de um perigo... Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo que se quer apoderar dela. Pois o Messias não vem apenas como Salvador; ele vem também como o vencedor. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historicismo convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer (BENJAMIN, 1994, p. 224 e 225).

O que está em questão é se o passado pode ou não ser absoluto. O que Benjamin pergunta é se o passado pode ser visto de determinada óptica. É como se já existisse implícita na vida cotidiana uma *disputa de memórias* que seria posteriormente tematizada por POLLAK( 1989). No que se refere à apropriação do tempo passado, este só poderá ser resgatado a partir do tempo presente (o que estamos fazendo hoje). Só assim, poderemos





## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

entender o passado como acontecimento e a memória como mediadora entre presente e passado.

POLLAK(1989) tentou dar prioridade à perspectiva dos excluídos, dos marginalizados, do não-dito, do “indizível”. É nesse caso que poderemos entender a construção de outro universo de lembranças, um tipo marginal de memória, denominada por POLLAK (1989) *memória subterrânea*, que se opõe à *memória oficial* e à *memória nacional*. Essa disputa de memória só é possível quando a memória subterrânea consegue invadir o espaço público. Para que isso ocorra deve existir uma escuta: falar o quê e para quem?

...ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que perseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa (POLLAK, 1989, p. 04).

Nessa pesquisa demonstra-se essa disputa de memória. Os relatos demonstram que a memória clandestina, que ficou guardada durante muito tempo nos escaninhos, acima de tudo, continuava a aflorar, mostrando que a violência, além de física, poderia inserir-se no cotidiano das pessoas, impondo formas de vida que em outras circunstâncias políticas necessariamente não aconteceriam.

Isso porque, embora o sonho fosse o grande sustentador de projetos e da *memória coletiva subterrânea* que acalentava a vida deplorável dos perseguidos, as “opções” escolhidas nem sempre se sustentavam, pois a realidade impunha limites que o mais belo sonho não poderia suportar.

### **Considerações finais**

A memória invade a vida, ao mesmo tempo em que seleciona o que pode ser lembrado, o que é capaz de despertar o mais insubstancial dos seres. Serra Azul diz que o *sonho da produção* - durante a clandestinidade no campo -, apresentava no seu onirismo dois dilemas: o choque cultural e o impacto material.

Relativamente ao primeiro, ocorria o problema da língua, pois tinham que falar erradamente com o objetivo de se tornarem mais convincentes, e, assim, talvez, para que a cena ocorresse com maior tom de realidade. Quanto ao outro choque eram obrigados a esquecer por algum tempo a família e o conforto possível, próprio da classe média, de cuja



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

privação se originava a ocorrência de erupção da pele, complicações odontológicas, verminoses etc., comprometendo a própria sobrevivência.

A angústia era vivida em coisas pequenas, mas que em determinado momento colocava em xeque determinados valores universais que fundamentavam os projetos coletivos e as utopias: por exemplo: a igualdade, a dignidade humana ou o “direito de tomar leite”, que naquele momento anunciava um imenso sentimento de culpa, que conseguiria interditar o sonho ou fazê-lo despertar um pouco mais cedo.

O certo é que a *clandestinidade* da mulher militante naquelas condições era extremamente fragilizada, e, acima de tudo, atormentava os seus integrantes pela impotência e pela incapacidade política da esquerda, gerando um tipo de identidade que, na sua fragilidade, poderia inviabilizar os projetos utópicos. Sobre o relato da prisão, a ideia é reforçada no despreparo individual e coletivo dos excluídos políticos de esquerda.

### Referências

- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo** - anti-semitismo imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Comp. das Letras, 1990.
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. São Paulo, Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. *Sobre o conceito de história*. In. **Obras escolhidas I, magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994b.
- BERGSON, H. **A Alma e o corpo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção Os Pensadores).
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Comp. das Letras, 1994.
- BOURDIER, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
- EPICURO. **Antologia de textos (Fragmentos)**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.



## XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES

**Jornal da Anistia**, Nº 1, São Paulo, 04/ 1978.

**Jornal Mutirão**, N/s. 1 - 12, Fortaleza, setembro de 1977 a julho de 1979.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA: OLODUM, 1995.

NIETZSCHE, F. **Para a genealogia da moral**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VASCONCELOS, José Gerardo, **Totalitarismo e anistia**: o pecado e o perdão na esfera política, Tese de Mestrado, defendida no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da UFC em 22 de setembro de 1993.